

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFSP/2014-2018: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS E A EXPRESSÃO DAS DEMANDAS LOCAIS/REGIONAIS

Fernanda Neves Iadocicco
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
fer.neves@uol.com.br

Oséias Santos de Oliveira
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
oseiass@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho objetiva analisar o alcance das propostas pedagógicas projetadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), referente ao período 2014-2018, articuladas ao desenvolvimento local/regional. A partir de uma abordagem qualitativa, efetivou-se um estudo de caso institucional, com pesquisa estruturada em uma análise bibliográfica, que explora os enfoques teóricos sobre o tema, e em uma análise documental, pautada na legislação educacional e nos documentos institucionais, como os relatórios de gestão e os PDIs. Para o levantamento de dados, foram utilizados questionários e entrevistas aplicados a gestores e integrantes da comissão de construção do PDI.

O estudo revela que o legado democratizante expresso na elaboração do PDI do IFSP se fundamenta em sua gestão pedagógica uma vez que, por meio das políticas e ações executadas, buscou-se atender às demandas que emergem da comunidade nas diversas regiões onde o IFSP está inserido. Com isso, possibilita-se a formação de um cidadão com habilidades e competências específicas para atender necessidades que emanam de contexto locais/regionais, o que se consolida como um dos propósitos da educação pública de qualidade.

DESENVOLVIMENTO

Para ser endossada pela sociedade, instituição educacional precisa endossar-se a si mesma, ajustando suas ações na direção do desenvolvimento da instituição, das pessoas e da sociedade, visto que se insere a partir de uma perspectiva de avaliação, participativa, democrática, emancipadora e global, a qual oportuniza a

garantia do retorno à sociedade que a endossou, do cumprimento dos compromissos públicos que assumiu (BREZINSKI, 2011).

Inicialmente, cabe um olhar retrospectivo sobre o documento que balizou as ações institucionais no período anterior, ou seja, o PDI/IFSP/2009-2013, que ilustra as características da produção econômica no estado de São Paulo, a partir de dois movimentos concomitantes: “a desconcentração do processo produtivo e a concentração do capital na megalópole do eixo Rio de Janeiro – São Paulo.” (IFSP, 2009, p. 70). Esses dois fenômenos, do ponto de vista da distribuição espacial da riqueza e de suas implicações demográficas, econômicas e sociais, são determinantes para a expansão da rede composta pelos *campi* do IFSP, expressa a partir da construção do PDI/2014-2018, que se consolida, até o final da vigência do período analisado, em 36 *campi*, em distintas regiões do estado.

A expansão do IFSP foi efetivada de maneira a assegurar a escolha mais adequada de eixos tecnológicos e cursos de acordo com a demanda de cada região e sem coincidir com as ofertas já propostas pela rede estadual. Assim, foi criado o Núcleo de Audiência Pública (NAP), visando aperfeiçoar o diálogo democrático nas audiências com as comunidades, proporcionando a abertura de *campi* que ofereçam realmente cursos esperados pela cadeia produtiva local. As audiências públicas, que deveriam ser realizadas nas localidades onde novos *campi* poderiam ser instalados, “são a garantia de fornecer melhores diagnósticos da situação local para fins de escolha dos cursos.” (IFSP, 2014, p. 139).

A análise perpassa, também, pela discussão de toda a organização necessária para a garantia da qualidade dos cursos ofertados, o que requer uma definição estratégica de indicadores de eixos pedagógicos que devem estar em sintonia com os arranjos produtivos locais/regionais. Isto posto, evidencia-se a necessidade de um amplo debate com a comunidade, com vistas a minimizar os conflitos de interesses que possam existir entre os diferentes grupos, tanto da sociedade civil organizada quanto de grupos acadêmicos ou governamentais ligados ao IFSP.

O IFSP trabalha com 11 eixos tecnológicos que foram escolhidos para atender a demanda dos arranjos produtivos locais, ouvindo todas as partes interessadas para poder abranger e acolher o maior número de pessoas possível. Nesse contexto, ressalta-se que as propostas de novos cursos devem estar sempre

alinhadas com os eixos escolhidos na abertura de cada *campus*, considerando a verticalização dentro dos mesmos cursos.

Outro aspecto relevante diz respeito ao movimento produzido pelo IFSP, no sentido de mobilização de pessoas, setores e instituições na definição de quais cursos serão ofertados em cada *campus/região* produtiva. Este processo se sustentou a partir de audiências externas e internas, que estiveram embasadas na lei nº 11.892/2008 e na portaria nº 1.091, de 17 de março de 2015, que aprova o regulamento que normativa as audiências públicas do Instituto Federal de São Paulo. Segundo esta portaria, “a Audiência Pública é um evento participativo de caráter presencial e consultivo, com a finalidade de apresentar, discutir, divulgar e definir os eixos tecnológicos e os cursos a serem implantados nos *Campus* do IFSP.” (IFSP, 2015, p. 2). Portanto, essas audiências acontecem não apenas na abertura de um *campus*, como na definição de cada curso novo proposto no PDI.

Desta maneira, após as áreas proporem um curso, os servidores dos *campi* são convocados para uma audiência interna onde discutem e aprovam os cursos indicados. O próximo passo é a audiência externa realizada no município onde está localizada a unidade, e a audiência regional, com a participação da sociedade civil, movimentos sociais, instituições educacionais e representantes dos setores produtivos, garantindo espaço para sugestões e recomendações encaminhadas pela sociedade. Essa audiência pode aprovar o curso proposto ou escolher o melhor deles, dependendo da possibilidade do *campus*, o que será consolidado em assembleia geral e encaminhado aos órgãos gestores do IFSP.

Contudo, observa-se a existência de conflitos de interesses, uma vez que a intenção altruísta de desenvolvimento local/regional, em alguns casos, é deixada para segundo plano, especialmente quando o município demanda mais cursos de ensino médio integrado, mas os docentes acabam por direcionar as propostas para cursos superiores. Isto ocorre, pois, muitos docentes, oriundos de universidades de ponta, argumentam que não conseguem fazer pesquisa com ensino médio e reivindicam a verticalização do *campus*.

Ainda evidencia-se o embate entre as áreas para conseguir mais recursos e mais professores para garantir a abertura de novos cursos, para ter sua área verticalizada. Isso acontece quando existem mais de dois eixos tecnológicos, pois o limite nos novos *campi* é de 70 professores. Aqueles com mais eixos não conseguem atender a demanda da verticalização de todas as áreas, pois a mão de

obra tende a ser menor em cada segmento, gerando os conflitos pela busca de mais professores. Muitas vezes, os cursos estão previstos no PDI, mas pela falta de profissionais, não são todos abertos.

RESULTADOS/CONCLUSÕES

O estudo efetivado permite a compreensão de que a vocação de cada região do estado de São Paulo está representada nos eixos tecnológicos indicados na construção do PDI do IFSP/2014-2018, em especial, considerando-se a premissa do atendimento dos arranjos produtivos locais e aos interesses das distintas regiões. Ainda é possível entender que há uma efetiva garantia de orçamento mínimo para o funcionamento dos cursos ofertados.

Em relação às audiências definidoras das propostas pedagógicas e de criação de cursos, percebe-se que a mobilização ocorrida em cada *campus* é discutida nas auditorias gerais. Quanto à construção do PDI 2014-2018, a minuta deste documento foi levada para discussão com a comunidade, em audiência pública. A partir de então, com a inserção das contribuições provenientes da comunidade, o texto final do PDI foi apresentado à Assembleia Geral para aprovação e posterior encaminhamento ao Conselho Superior do IFSP, sempre em restrito respeito às decisões que emanaram das diversas instâncias de consulta.

Em relação aos conflitos existentes, considera-se que estes fazem parte de um aprimoramento do debate na definição de uma instituição socialmente referenciada. É fundamental o debate e a interlocução com todos os envolvidos na construção do IFSP, para que de fato este se consolide como um local democrático, visando propiciar educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BREZINSKI, M.A.S. **O novo modelo para a educação profissional e tecnológica e a avaliação institucional**: efeitos das políticas públicas sobre a configuração do Instituto Federal de Santa Catarina. Campinas: Unicamp, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. São Paulo, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. São Paulo, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). **Portaria nº 1.091**. Promulgada em 17 de março de 2015. São Paulo, 2015.